

A METODOLOGIA COMO ARGUMENTO PARA UMA ECONOMIA PLURALISTA

Ramón García Fernández (UFABC)

Resumo: propomos neste trabalho uma reflexão sobre a importância da metodologia da economia no estágio atual deste campo do conhecimento. Inicialmente, reflexionamos a respeito de qual seria o papel da metodologia na economia, destacando especialmente o confronto entre uma atitude prescritiva e uma descritiva; a seguir, discutimos a tensão entre essas duas atitudes entre os metodólogos heterodoxos. A partir disto, são discutidas algumas mudanças metodológicas contemporâneas no *mainstream*, no intuito de investigar as características da “revolução empírica” centrada na econometria que estaria ocorrendo nessa corrente e destacando seus limites. A seguir, o artigo enfatiza a necessidade de manter viva a análise ideológica no discurso dos economistas, oferecendo alguns exemplos de teorias econômicas que não podem ser completamente entendidas sem olhar para os interesses envolvidos. Concluindo o artigo, postulamos que o papel fundamental da metodologia é o de fornecer uma base intelectual para a defesa do pluralismo na economia.

Palavras chave: metodologia da economia – pluralismo – ideologia – limites da econometria

Abstract: this paper aims to argue about the importance of economic methodology in the current state of this science. Initially, we discuss which would be the role of the methodology in economics, emphasizing especially the clash between a prescriptive and a descriptive attitude; then, we comment the tension existing between these attitudes among heterodox methodologists. After this, we discuss some contemporary changes in the mainstream, to analyze the “empirical revolution” centered around Econometrics that is said to be taking place in that perspective, underlining its limits. Later, the paper highlights the need to preserve the analyses of ideologies in the discourse of the economists, offering examples of some economic theories that cannot be completely understood without taking into account the interests involved. We conclude the paper sustaining that the main role for economic methodology is to give an intellectual basis to build a defense of pluralism in Economics.

Keywords: economic methodology – pluralism – ideology – limits of econometrics.

ARTIGO PARA AS SESSÕES ORDINÁRIAS

Área 1 – Metodologia e História do Pensamento Econômico.

Sub-área 1.1: Metodologia e Caminhos da Ciência

Classificação JEL: B41 – B20

A METODOLOGIA COMO ARGUMENTO PARA UMA ECONOMIA PLURALISTA

*I'm a hopeless romantic
You're just hopeless
(The Bouncing Souls, "Hopeless Romantic")*

Este artigo pretende analisar o que consideramos que sejam os principais assuntos estudados pela metodologia da economia em nossos dias. Para isso, estruturamos o trabalho em seis seções. Na primeira delas, discutimos qual pode ser a finalidade da metodologia da economia. Na segunda, levantamos o dilema dos metodólogos heterodoxos em relação à situação contemporânea da economia, o que nos leva a uma terceira seção na qual discute-se até que ponto há mudanças na ortodoxia econômica hoje. Dado que uma destas mudanças seria a ênfase maior conferida aos aspectos empíricos, na quarta seção são discutidos os limites desta nova atitude. Na quinta seção defendemos a posição de que um dever da metodologia da economia consiste em estudar os aspectos ideológicos das teorias econômicas, fornecendo alguns exemplos. Na sexta e última seção fazemos uma defesa do pluralismo, e propomos que a adoção de uma metodologia pluralista e descritiva permitiria construir uma economia muito melhor do que aquela que temos hoje.

1. O papel da metodologia da economia

Quando alguém se apresenta como especialista em metodologia da economia, seja para outros economistas, seja para o público em geral, uma pergunta surge quase que inevitavelmente: para que serve a metodologia?

Para começar estas reflexões, podemos reformular essa pergunta como uma questão de múltipla escolha, e pensar nas seguintes alternativas:

- A) Para absolutamente nada.
- B) Como divertimento para economistas perto da aposentadoria.
- C) Para arrumar algo que ocupe quem não conhece econometria nem sabe modelar.

- D) Para orientar o trabalho dos economistas, definindo o que é ciência boa e separando-a da ruim.
- E) Como instrumento de reflexão sobre as práticas dos economistas.

A primeira alternativa nos diz que a metodologia é apenas uma atividade inútil, provavelmente um exercício intelectual vazio; essa visão talvez parte da idéia de que os cientistas que aprendem tacitamente a fazer ciência, através da observação dos seus mestres e colegas, sem precisar de reflexões específicas sobre essa questão. Por sua vez, se a segunda alternativa for correta, significaria que muitos economistas que eram bons na flor da idade, quando faziam atividades sérias e respeitáveis, ao sentirem o declínio de sua capacidade intelectual dirigiriam o que restava desse minguante potencial para um campo que não exigiria tanto deles quanto aqueles aos quais outrora se dedicavam. Se essa visão da metodologia como repouso dos guerreiros não é muito lisonjeira para a área, a terceira pinta um quadro ainda mais trágico: em lugar de ser o brinquedo dos velhos heróis, ela seria essencialmente uma atividade do baixo clero ou pior ainda da ralé intelectual. Com efeito, desde essa perspectiva tipicamente se pensaria que, ao longo do seu processo de formação nos estudos pós-graduados, o indivíduo que se descobrisse competente iria para a teoria econômica ou para a econometria pura; se avaliasse que seu potencial é apenas médio, iria para as áreas aplicadas, e se concluísse que é fraco iria para a história econômica. A metodologia então seria o refúgio daqueles que nem fracos conseguem ser!

As duas alternativas restantes são as que defendem a visão de que a metodologia é uma atividade intelectualmente defensável por seus próprios méritos. Todavia, apresentam visões bastante diferentes do papel dos especialistas na área. A quarta alternativa eleva o status do metodólogo, transformando-o em um guardião, o indivíduo que pode dizer o que é certo é o que é errado, como um bedel que no recreio fica repreendendo os alunos quando fazem jogos ou brincadeiras que o regimento da escola não permite (“Sai daí, você é muito velho para brincar nesse balanço!”). Na última opção, o metodólogo seria alguém que essencialmente observa o que

os economistas fazem; esta alternativa não diz se ele é um membro da tribo ou o antropólogo que os estuda, mas provavelmente esteja aberta para as duas possibilidades¹.

Evidentemente, as alternativas do teste acima podem ser agrupadas em duas categorias. As escolhas A) a C) representam as respostas características dos céticos, ou mais ainda dos críticos e detratores em relação à relevância da metodologia como atividade intelectual. Uma manifestação representativa desse ponto de vista é uma breve resposta que o famoso economista Frank Hahn deu a dois pesquisadores que o entrevistavam para um artigo comemorativo de seus oitenta anos. Seus entrevistadores tiveram a infeliz idéia de lhe perguntar sobre sua visão de metodologia, ao que Hahn respondeu em forma cortante: “*I hate methodology!*” (Hahn, 2005).

As duas últimas alternativas de nosso teste acima, por sua vez, são as que basicamente representam as principais atitudes que os metodólogos têm em relação ao seu próprio trabalho. Com efeito, há aqueles que, seguindo a alternativa D), consideram que seu papel é essencialmente prescritivo, consistindo tanto em refletir sobre aquilo que os economistas deveriam fazer como em avaliar os produtos dos seus trabalhos a partir de algum padrão do que constitui boa ciência. Ao contrário, os defensores da alternativa E) vêem sua atividade como algo essencialmente descritivo, pondo a ênfase em entender como os economistas procedem em suas atividades intelectuais.

Como exemplo paradigmático da visão que defende um papel prescritivo para a metodologia, vou trazer uma frase de Mario Bunge, filósofo argentino há muito radicado no Canadá. Ao refletir sobre o status científico da economia (que, no estilo dos clássicos, chama de “economia política”), Bunge se pergunta: “¿*Cómo se comporta la economía política? ¿Es una ciencia cabal, una semiciencia, una ciencia emergente o una pseudociencia?*”. Depois de fazer algumas avaliações a partir de uns critérios de cientificidade que ele mesmo estabelece, conclui afirmando

¹ A analogia do metodólogo como um antropólogo que estuda a comunidade dos economistas já foi brilhantemente explorada por Leijonhufvud (1973). Por sua vez o falecido A.W. “Bob” Coats, um dos pesquisadores mais importantes nas áreas de História do Pensamento e de Metodologia na segunda metade do século XX, disse numa palestra que presenciamos que, quando consultado se não se sentia incômodo nesse papel de observador, ele respondia “*You don’t need to be a bird to be a bird-watcher!*”.

que “*En resumen, la economía política merece un cinco como ciencia en una escala de cero a diez. Es, pues, una semiciencia, con sectores de ciencia madura y otros de pseudociencia*”. (Bunge, 1982, p. 99-104)

Finalmente, para exemplificar a visão que defende uma atitude essencialmente descritiva, vou me valer de uma frase do economista (e metodólogo) D. Wade Hands, quem disse que “*The studies that make their way into the new methodological literature are much more careful about the details of the economics being examined, whether it be in the history of economic thought or studies of contemporary practice*” (Hands, 2001, p.397)².

2. A ortodoxia em economia e o dilema dos metodólogos heterodoxos.

A economia, como qualquer ciência social em realidade, caracteriza-se pela presença de um grande número de escolas. Todavia na economia, provavelmente a diferença das outras, há uma visão que é claramente dominante em nossos dias, e que constitui a ortodoxia econômica (a qual está dividida em diversas correntes internas, originadas fundamentalmente na escola neoclássica, e que estão de acordo em muitas questões). Além dessa ortodoxia, há uma série de grupos diversos que, apesar de muitas diferenças entre si, podem ser coletivamente denominados heterodoxos, no mínimo a partir do elemento comum de sua oposição à ortodoxia³.

Para muitos metodólogos heterodoxos, grupo no qual nos incluímos, a discussão anterior entre a atitude prescritiva e a descritiva gera uma tensão especial. Por um lado, muitos

² Hands questiona a posição de alguns críticos que consideram que a metodologia só poderia ter uma atitude prescritiva e que por tanto o fim da prescrição levaria à morte da metodologia. Ele entende que isso só pode decorrer do abandono de uma preocupação com a avaliação de teorias e sua substituição por uma metodologia em sintonia com os estudos contemporâneos de teoria da ciência: “If economic methodology is defined as the interpenetration of economics and science theory, then economic methodology is not only alive, but alive and well” (Hands, 2001, p. 7, ênfase no original).

³ Seria possível entender que o único elemento comum às diversas escolas heterodoxas seria esta oposição. Defendemos, porém, que grande parte das escolas heterodoxas têm muitos elementos em comum, e recomendamos que essas pontes sejam amplamente exploradas na tentativa de desenvolver uma abordagem heterodoxa mais sólida.

heterodoxos defendem uma atitude pluralista, ou seja, eles sustentam que há vários caminhos válidos para se fazer ciência. Partindo dessa visão, parece razoável apoiar uma abordagem “descritivista” da metodologia⁴. Mas, por outro lado há na própria idéia de heterodoxia uma convicção de que há algo errado com a ortodoxia, e nesse sentido surge uma tentação “prescritivista”: a tarefa do metodólogo heterodoxo seria a de encontrar os problemas da ortodoxia e denunciá-los⁵.

Com efeito, mesmo um metodólogo heterodoxo pluralista e civilizado tem que refletir sobre quais são os problemas que ele vê nas teorias que a maioria defende. A pergunta então seria: o que a metodologia heterodoxa pode dizer sobre a eventual existência de problemas na ortodoxia? Uma tentação que consideramos compreensível e que em grande medida partilhamos é a de dizer que um bom indicador da existência desses problemas encontra-se na realidade: a crise de 2008, não prevista por (quase) nenhum economista ortodoxo, mas longamente antecipada por muitos heterodoxos, estaria demonstrando por si só as falhas daquela visão. O motivo mais insistentemente mencionado na tentativa de explicação dessa crise é a falta de regulação nos mercados financeiros, tema quase consensual nos escritos heterodoxos anteriores a ela, mas notavelmente ausente no pensamento majoritário que sustentava (integralmente ou com algumas pequenas ressalvas) a validade da teoria dos mercados eficientes. De qualquer modo, pode se sugerir que essa evidência não garante completamente que a crítica seja correta: poderia ser que a previsão bem sucedida dos heterodoxos seja um acaso (“atiraram no que viram e acertaram no que não viram”), enquanto que os ortodoxos poderiam ter errado por uma mudança imprevisível

⁴ Em realidade, a defesa da importância da descrição não precisa ficar necessariamente restrita a questões metodológicas. Apesar de que muitas vezes se diz que um trabalho “é (apenas) descritivo” com intuito de criticá-lo, pode se defender perfeitamente que a relevância da descrição no desenvolvimento da economia e da ciência em geral, como fez Amartya Sen (1980).

⁵ A tensão entre descrição e prescrição também caracteriza a reflexão metodológica no *mainstream*, como aponta Sheila Dow (1997). Esta autora sugere a existência de um movimento na metodologia da economia que vai de um extremo prescritivismo típico dos anos 60 e 70 a um descritivismo nos anos 80 e 90 vinculado com abordagens filosóficas pós-modernas que acabaria com toda possibilidade de avaliação. Estamos de acordo com a autora de que se considerarmos estas duas posições como únicas e incompatíveis estaríamos caindo na tentação do dualismo, problema que ela competentemente criticou em outro artigo (Dow, 1990). Não nos parece, porém, que a saída desse impasse seja a adoção da perspectiva filosófica do realismo crítico, como ela defende, dado que de nossa perspectiva esta abordagem volta a cair na tentação do prescritivismo.

nas condições *ceteris paribus*. Dessa maneira este argumento, embora instigante, seria incompleto. Uma perspectiva descritivista, portanto, sugere que seria interessante que os metodólogos heterodoxos analisem os problemas da ortodoxia tentando entender os vínculos entre o método e as previsões erradas, porém sem limitar sua crítica a uma simples rejeição metodológica (do tipo: “dado que usaram um método errado, é óbvio que sua vaca iria para o brejo”).

Nossa defesa dessa atitude em relação à ortodoxia pode ser consequência da constatação de que talvez o que mais irrite os metodólogos heterodoxos seja a atitude do *mainstream* de rejeitar idéias heterodoxas por critérios puramente metodológicos. Veja-se que alguns desenvolvimentos relativamente recentes de grande impacto na ortodoxia são assuntos como rendimentos crescentes, racionalidade limitada, incerteza radical (knightiana) ou instituições, todos os quais foram originalmente levantados pelas diferentes correntes heterodoxas, mas que inicialmente receberam apenas o desprezo dos economistas ortodoxos, que os achavam completamente irrelevantes. Quando eles começaram, porém, a serem tratados com as técnicas do *mainstream*, subitamente se transformaram nos assuntos “quentes”, na fronteira da pesquisa. E hoje se aceita como parte normal do campo da economia algumas coisas que o *mainstream* simplesmente achava que não valiam o esforço de serem estudados, até que conseguiu incorporá-las dentro dos seus princípios metodológicos.

3. O *mainstream* e as mudanças na ortodoxia.

A partir dessas mudanças, surge uma pergunta: será que com isso chegamos à conceituação de uma nova ortodoxia? Ou seja, quais são as mudanças que a ortodoxia pode suportar sem se transformar em algo diferente?

Uma série de trabalhos de David Colander, sozinho ou associado com Richard Holt e Barkley Rosser (Colander, 2000; Colander, Holt e Rosser Jr., 2004 e 2007) discutem as mudanças que estão ocorrendo hoje no paradigma dominante em economia. A posição deles e

que haveria duas grandes mudanças nessas escolas: 1) Do ponto de vista teórico, o *mainstream*⁶ estaria mudando, se transformando em algo bem diferente do que era; 2) Além disso, haveria um ressurgir dos trabalhos empíricos nesse grupo.

Quanto ao primeiro ponto, Colander (2000) se refere à morte da economia neoclássica, mas não usando a palavra morte no sentido de fracasso e de fim, mas no sentido de metamorfose, uma morte da qual nasce algo diferente e melhor. Em nossos dias essa economia, não mais neoclássica, estaria formada por outro conjunto de conhecimentos que incorporaria todos os assuntos tradicionais anteriores, mas que também incluiria coisas que a heterodoxia andou fazendo, coisas que são consideradas relevantes por eles. A única exigência, o que manteria os limites entre este novo-velho paradigma e o que ficaria fora dele seria a exigência da formalização, a modelagem formal. Pode se pensar que mesmo o núcleo duro lakatosiano do pensamento neoclássico, aquilo que Colander *et al* (2004) denominam como a santíssima trindade deste, formada pela racionalidade substantiva, o equilíbrio e o comportamento auto-interessado poderia ser relaxado, fazendo uma teoria dentro do *mainstream* que não incluía algum desses pontos. Mas o que não poderia faltar seria o modelo formal⁷.

⁶ A relação entre os termos “ortodoxia”, “*mainstream*” e “escola neoclássica” (e termos derivados) é mais ou menos confusa. Vamos aceitar aqui que “escola neoclássica” é um termo que se refere à existência de uma perspectiva teórica originada na Revolução Marginalista do S. XIX que foi se modificando ao longo do tempo, mas que manteve algum núcleo principal, enquanto que “ortodoxia” neste contexto é uma atitude de seguir com bastante rigidez (no limite, dogmaticamente) os preceitos da escola dominante (neoclássica com suas adaptações). O termo “*mainstream*” é basicamente sociológico e se refere ao grupo de pesquisadores vistos como os melhores ou mais importantes pela maioria da comunidade dos economistas em um dado momento. Nesse sentido, um economista mais ou menos dissidente da ortodoxia porém respeitado pela maioria (Joseph Stiglitz? Thomas Schelling? Amartya Sen? Herbert Simon?) seria parte do *mainstream* mas não seria ortodoxo, enquanto que um pesquisador pouco conhecido, de uma universidade de pouco prestígio, trabalhando numa área em relativo declínio (relaxando alguma hipótese do equilíbrio geral?) seria ortodoxo mas não formaria parte do *mainstream*. No texto usamos estes termos como substitutos quase perfeitos. (Esta discussão se inspira nos trabalhos de Colander e associados acima mencionados, e em Dequech, 2007-8, sem pretender refletir exatamente a posição de nenhum deles).

⁷ Nas palavras de Colander (2000, p. 137): “If content does not define modern economics, what does? It is method (...) modern economics ... is extremely narrow when it comes to method (...). Given the changes in economics, the ‘study of the allocation of scarce resources’ definition of economics no longer describes what economists do. A better definition would be, ‘The study of the economy and economic policies through empirically testable models’”. Discutiremos logo a seguir esta questão do “empirically testable”

De qualquer maneira, o próprio Colander e outros autores disseram que agora a economia está tendo uma virada pragmática, uma virada empírica. Com essa virada, a teoria econômica (e as divergências ao seu respeito) ficaria num segundo plano, sempre essencial, mas não estaria no centro das discussões. Faça-se a ressalva que essa palavra “empírica” neste contexto deve ser entendida como sinônimo de abordagens baseadas na econometria. Mas, como efeito, poucos anos atrás era possível afirmar, mesmo que criticamente, que a teoria estava ocupando um lugar cada vez maior nas atividades dos economistas (Mayer, 1993), contribuindo para construir os rankings informais (as avaliações que os economistas fazem sobre seus pares) centrados na competência em desenvolver modelos formais, enquanto que hoje a habilidade econométrica confere no mínimo o mesmo prestígio que a atividade teórica⁸.

Existe um ressurgir das coisas empíricas em economia? Acho que sim, e em grande parte essa orientação nas pesquisas decorre de que, graças aos avanços na computação, hoje é muito mais fácil testar hipóteses e utilizar dados cujo tratamento era impraticável há alguns anos⁹. Mas, além disso, há outra dimensão que deve ser destacada neste boom dos trabalhos econométricos. Nós dissemos acima que uma questão central na economia ortodoxa é a ênfase em questões formais, e certamente a econometria também tem todo um aspecto formal que permite manter este critério: tudo o que seja econométrico reforça a linha demarcatória baseada na formalização e, portanto, passa a ser ainda melhor visto pelo *mainstream*.

4. A “revolução empírica”¹⁰ da economia ortodoxa e seus limites.

⁸ Um indicador recente desta nova tendência é o fato de que a última medalha John Bates Clark, conferida pela *American Economic Association* a economistas destacados de menos de 40 anos, foi outorgada à professora Esther Duflo, cujo trabalho é essencialmente econométrico e aplicado.

⁹ No depoimento do professor Antonio Celso Pastore nas “Conversas com economistas brasileiros” (Biderman *et al*, 1996), ele conta a dificuldade que representava para ele e para o professor Delfim fazer o que seriam hoje os exercícios mais banais, que levam segundos, quando se trabalha com séries de tempo.

¹⁰ Este termo talvez seja mais frequentemente dito em conversas informais do que posto no papel. Um exemplo disso é a afirmação de James Poterba, economista do MIT, mencionando que Larry Summers “esteve na vanguarda da revolução empírica em economia aplicada” (citado por Lizza, 2009).

Como dissemos, certamente, os avanços na computação têm permitido que a econometria se propusesse resolver questões que poucos anos antes nem conseguiam ser consideradas de um ponto de vista prático. Esses avanços têm permitido obter resultados e insights que muito têm contribuído para melhorar nossa compreensão da realidade. Todavia, o que queremos discutir aqui são dois problemas nos quais incorrem frequentemente os entusiastas praticantes desta disciplina.

O primeiro desses problemas é o de considerar que o único trabalho empírico relevante seja o econométrico, esquecendo a existência de outras abordagens empíricas que não são consideradas interessantes por (muitos d)eles, tais como a utilização de estatísticas descritivas, de entrevistas, de pesquisas qualitativas, de experimentos, etc. (Swann, 2006). Isso não significa que não exista nenhum economista mais ou menos ortodoxo que trabalhe com experimentos ou com simulações, por exemplo. Mas estas pessoas ainda estão confinadas a disciplinas específicas, caracterizadas por sua abordagem. Ou seja, dando um exemplo: se um pesquisador enfrenta um problema do mercado de trabalho usando econometria ele é, aos olhos da comunidade, um especialista em “*Labor economics*”; todavia, se estuda problemas dessa área a partir de experimentos, a pessoa é um economista experimental que investiga o mercado de trabalho. Nosso ponto é que ao se pensar em estudos empíricos, o default (e ponha-se default nisso!) é que a abordagem seja econométrica.

O segundo problema é o de ignorar dificuldades freqüentes na própria prática econométrica, como a questão de confundir-se a significância estatística com significância econômica, tal como tem sido longamente discutido em diversos trabalhos por Deirdre McCloskey e Stephen Ziliak¹¹. Mas certamente estes não são os únicos problemas. Temos outros como, por exemplo, o fato de que os trabalhos de econometria, ao contrário da maioria dos

¹¹ A versão mais completa desta série de pesquisas é Ziliak & McCloskey (2008). Para uma crítica a esta visão, veja-se o artigo de Kevin Hoover e Mark Siegler no volume 15 (1) do *Journal of Economic Methodology*, publicado em março de 2008, ao qual segue uma réplica daqueles, e uma tréplica destes últimos.

trabalhos empíricos em outras ciências, são muito dificilmente replicados ou replicáveis¹²: muitas vezes os pesquisadores não têm clareza sobre como foi construído o banco de dados que usaram; diferentes pacotes econométricos, por sua vez, podem dar diferentes resultados para o mesmo problema (Anderson *et al.*, 2008)¹³. Além disso, existe o tradicional inconveniente de que aqueles resultados que são divulgados são os que permitem chegar às conclusões que os pesquisadores acham interessantes, enquanto que diversas especificações alternativas também plausíveis a priori, mas que não obtêm esses resultados são sistematicamente esquecidas pelos pesquisadores.

Mas além destes problemas, avaliamos que surge outra complicação, porque agora está se chegando numa espécie de novo imperialismo econômico¹⁴, o imperialismo econométrico. Com efeito, o sucesso alcançado por uma série de técnicas estatísticas aplicadas a problemas econômicos leva alguns a supor que é interessante utilizar esse mesmo tipo de técnicas na compreensão de qualquer outro assunto. Isso tem dois inconvenientes: por um lado, o procedimento estatístico passa a ser considerado teoria econômica e, portanto, supõe-se que aplicar essas técnicas a qualquer assunto o transforma imediatamente em uma questão econômica, digna de aparecer nos melhores periódicos da área. Mas este seria um problema menor; o maior é que isso faz com que o econometrista sinta que pode resolver qualquer problema em qualquer campo exportando sua técnica poderosa, mesmo que seu conhecimento desse campo seja precário.

¹² A idéia de replicação é sempre complicada: não é trivial definir o que é exatamente o que pode variar, e o que deve ser mantido. Mirowski & Sklivas (1991) discutem as dificuldades da replicação na ciência em geral, bem como o fato de que o desempenho da replicação em economia é ainda pior do que na maioria das ciências.

¹³ Diferentes comentários me fizeram perceber que o ponto das diferenças nos pacotes econométricos parece para muitos especialmente exagerado. Não estamos dizendo que essas diferenças sejam enormes, mas apenas que elas são significativas o bastante para chamar a atenção dos especialistas. Entre outros, veja-se a esse respeito o estudo feito por McCullough & Vinod (2003), publicado no insuspeito *Journal of Economic Perspectives*, uma das três publicações oficiais da *American Economic Association*, que mostra claramente, através de um exemplo, as diferenças que podem ter os resultados aplicando-se diferentes programas.

¹⁴ Entende-se como imperialismo econômico a extensão da análise econômica para assuntos que estão além das fronteiras tradicionais desta ciência, na visão de que a racionalidade e o auto-interesse seriam princípios unificadores das ciências sociais. Embora este movimento tenha começado antes, pode se atribuir seu maior momento ao trabalho de Gary Becker e outros professores da Universidade de Chicago (veja-se ao respeito Fine & Milonakis, 2009).

Vamos dar dois exemplos, um real, o outro imaginário, de como funciona esse novo imperialismo econométrico. O real é o de um estudo que tenta responder uma questão à qual todo torcedor de futebol deve ter dedicado algum instantes de reflexão em sua vida: o fato de um time ser mandante afeta realmente os resultados dos jogos? Consideramos que não precisamos de muita teoria para admitir que o mando de campo é um fator que confere vantagens para os times. Não precisamos, em realidade, de grande conhecimento nem de história de futebol, nem de tática, nem as sutilezas das regras, para dizer que faz sentido acreditar que os locais ganhem em mais ocasiões do que os visitantes. Essa intuição, partilhada por torcedores dos mais diversos graus de instrução, foi confirmada pelo estudo de Fiona Carmichael e Dennis Thomas (2005), pesquisadores que mostraram, baseados nas evidências do campeonato inglês de futebol, que podemos aceitar a hipótese de que, seguindo os procedimentos econométricos habituais, o mando de campo confere vantagens ao time que o exerce.

O exemplo imaginário é o seguinte: vamos supor que um economista com vastos conhecimentos econométricos se proponha investigar se existe uma relação entre o desempenho dos alunos no ensino fundamental e a cor das salas de aula em que eles estudam. Suponhamos ademais que ele consiga os dados necessários, e que seu estudo conclua que uma determinada cor, controlando para todas as variáveis e utilizando os instrumentos adequados, está positivamente correlacionada com uma melhora do desempenho a um nível de significância do 5%. À luz desses resultados, nos faríamos duas perguntas: 1) Poderíamos, a partir desta evidência, sugerir que as salas das escolas deveriam ser pintadas dessa cor?; 2) Poderíamos enquadrar esse trabalho dentro da ciência econômica? Nossa resposta para ambas é pela negativa. Quanto à primeira questão, consideramos que não seria possível, a partir desses resultados, propor tal política; para a segunda, sugerimos que isso não é economia. Todavia, não estamos desprezando com a última afirmação o caráter científico do trabalho. O que sugerimos é que esse trabalho carece de qualquer sustento em alguma teoria adequada ao problema em questão, e que certamente não é a teoria econômica o lugar onde esse embasamento deve ser procurado. O que teríamos aqui seria um caso de extensão do uso de certas técnicas estatísticas consideradas bem-sucedidas na economia a uma área na qual os economistas nada (ou quase nada) têm a dizer. Se quisermos encontrar uma resposta para o problema da escolha das cores das salas de aula, ou até

para saber se a hipótese da relação entre a cor das salas e o desempenho é relevante, teremos que recorrer ao conhecimento dos pedagogos e dos especialistas em psicologia evolutiva e/ou em psicologia da percepção, mas não ao dos economistas, que certamente não dedicaram um minuto sequer de sua formação ao estudo dessas questões.

Qual a diferença que vemos entre o caso do estudo de Carmichael & Thomas com este estudo imaginário, que nos leva a simpatizarmos com o primeiro estudo porém a sermos bastante críticos em relação ao segundo? No primeiro caso, entendemos que o resultado simplesmente confirma, de uma maneira mais sofisticada, um fato que forma parte do senso comum das pessoas, da maneira normalmente aceita de olhar para o funcionamento do mundo. No segundo caso, seja qual for a cor selecionada, isso certamente não é algo a respeito do qual exista um amplo acordo prévio entre as pessoas. Nesse caso, a mera constatação de um fato (a existência de uma correlação) só poderá ser relevante como estímulo para maiores pesquisas, mas não como um guia direto para a ação na medida em que não exista uma teoria que sustente essa interpretação. Indo além, até pode ser interessante explorar melhor esse resultado e testá-lo em profundidade para ver se pode ser replicado. Mas o que seria um erro seria julgar que esse economista hipotético, através da aplicação de um instrumental estatístico sofisticado, teria conseguido resolver um problema que as técnicas, vistas por ele como precárias, das demais ciências sociais nunca poderiam ter solucionado. Ao contrário, o econometrista deveria levar seu resultado para ser avaliado pelos especialistas em outras áreas, e a partir dali trabalhar com eles e aprender deles, sem nunca pretender substituí-los

5. Retomando o problema da ideologia.

O problema do imperialismo econométrico é relativamente novo, mas a abordagem ortodoxa também apresenta problemas metodológicos que acumulam um histórico significativo. Uma das questões fundamentais nas quais a metodologia pode melhorar tanto a prática quanto o ensino da economia é na reflexão sobre a importância de aspectos ideológicos na ciência econômica. Nesse sentido, consideramos altamente recomendável sugerir que todos, tanto alunos quanto mestres pesquisadores, ao concluirmos a leitura de qualquer texto em economia (e também em outras ciências) nos perguntemos se há alguém para quem esse texto está

torcendo, ou seja, quais são os mocinhos e os bandidos nessa explicação. Essa é uma advertência que normalmente não se faz por ser considerada pouco elegante, e pode até parecer que se esteja falando uma coisa insólita, ingênua, ultrapassada e/ou pouco científica. Todavia, a importância da perspectiva ideológica na construção da ciência (e na reflexão sobre a mesma) não precisa estar limitada a autores radicais. Há pouco mais de meio século Joseph Schumpeter, em seu discurso de posse como presidente da American Economic Association em 1948 defendia que a importância dos valores do pesquisador para a sua construção teórica não podia ser ignorada, sem que isso se constituísse num problema para a ciência, pois “... ideologies are not simply lies. They are truthful statements about what a man thinks he sees” a partir do qual ele concluía que “...soon as we have realized the possibility of ideological bias, it is not difficult to locate it. All we have to do for this purpose is to scrutinize scientific procedure” (Schumpeter, 1994, p.228, ênfase no original). Por isso, seguindo essa recomendação de Schumpeter entre outros, vamos proceder a dar alguns exemplos de teorias nas quais essas reflexões certamente enriqueceriam nossa compreensão do funcionamento do mundo.

Vamos tomar como primeiro exemplo a questão da governança corporativa. O que ela estuda são os problemas que podem enfrentar os acionistas pelo mau desempenho dos gerentes (e talvez de outros agentes) das firmas cujas ações eles compraram. Nas palavras de Shleifer & Vishny, “*Corporate governance deals with the ways in which suppliers of finance to corporations assure themselves of getting a return on their investment*” (1997, p.737). O problema da governança corporativa passa a ser então o de conseguir alinhar os interesses dos gerentes com os interesses dos acionistas, e a teoria propõe, entre outras medidas, vincular o desempenho da firma com a remuneração dos gerentes através da concessão de pacotes de ações, bônus, etc. Vários exemplos da crise recente mostraram que essa política foi aplicada e que conseguiu resultados bastante problemáticos, contribuindo tanto para a inflação de ativos quanto para o aumento da concentração de renda em vários países, especialmente nos EUA. Surge então a pergunta: não poderíamos achar mais interessante, por exemplo, a visão tradicional da firma japonesa, segundo a qual se espera que os gerentes, em lugar de priorizarem os interesses dos acionistas, deveriam priorizar os do conjunto dos funcionários? (Lazonick & O’Sullivan, 2000). Além disso, sendo que em muitos casos os trabalhadores têm conhecimentos bastante específicos em relação às firmas, e considerando que eles têm um portfólio muito menos diversificado, no

qual seu emprego é um elemento essencial, não seria razoável imaginar que deveria ter surgido com maior destaque na literatura uma teoria que estudasse como podem fazer os trabalhadores para garantirem seu retorno e não serem expropriados desses seus investimentos?

Um segundo problema no qual a questão da ideologia é relevante é a maneira na qual tem sido olhada a inflação nos últimos anos. Com efeito, qualquer anúncio de crescimento dos salários era enfrentado como um problema sério a ser solucionado. Todavia, aumentos nos preços dos ativos, nos lucros e nos dividendos sempre eram vistos como sinais de prosperidade, a respeito dos quais qualquer intervenção seria descabida. As trágicas consequências da indiferença em relação a essa inflação de ativos são muito óbvias para exigirem um tratamento mais detalhado.

O terceiro problema que quereria mencionar é o do oportunismo. Esse termo foi introduzido por Oliver Williamson, pai da economia dos custos de transação e, quando aplicado ao estudo das firmas, se refere à possibilidade dos agentes aproveitarem as imperfeições nos contratos para os distorcerem, ou não os cumprirem, de maneira que resulte vantajosa para eles. Todavia, enquanto que o conceito aponta para a possibilidade de que todos os participantes na firma atuem de maneira oportunista, Williamson enfatiza em suas obras (p.ex. Williamson, 1975) quase que exclusivamente a possibilidade de que os subordinados ajam assim em relação aos seus superiores. O fato dessa preocupação não ser simétrica já deveria chamar nossa atenção, mas como bem lembra Dow (1987), há excelentes motivos para acreditar que numa firma, organizada de acordo com o princípio da autoridade, as consequências de condutas oportunistas possam ser muito mais deletérias quando ocorrem de cima para baixo do que de baixo para cima na hierarquia.

Uma quarta questão na qual não vamos nos deter muito porque já foi longamente tratada por pessoas muitíssimo competentes é o papel das “Instituições de Bretton Woods” (FMI, Banco Mundial e GATT, depois substituído pela OMC) na execução de políticas que certamente tiveram efeitos muito ruins sobre os mais pobres e sobre o crescimento de regiões mais atrasadas; ao

mesmo tempo, elas promoveram o interesse dos países mais ricos¹⁵ e/ou das classes dominantes, etc., apresentando tudo como os resultados objetivos e imparciais baseados na ciência da economia. Qualquer apresentação dessa literatura dobraria o tamanho deste artigo, mas não posso deixar de apontar alguns dos meus favoritos pessoais, como a crítica ao consenso de Washington de Bresser-Pereira (2007) e ao papel do Banco Mundial e do FMI feitas, entre muitos outros, por Stiglitz (2003), Easterly (2006) e Chang (2009).

Um quinto e último exemplo que vamos considerar nesta discussão do papel da ideologia na ciência econômica é o das análises custo-benefício e sua utilização para promover políticas que entre outras coisas, prejudicam a saúde e o meio-ambiente. Independentemente de sua inegável utilidade em muitas áreas (p.ex., para decidir se é melhor construir uma estrada contornando uma montanha ou fazendo um túnel nela), quando esse instrumental é aplicado a questões ambientais ou de saúde tem o problema de que exige precificar coisas às quais é questionável que possa ser atribuído um preço. Nas palavras de Frank Ackerman e Lisa Heinzerling, *“The basic problem with narrow economic analysis of health and environmental protection is that human life, health and nature cannot be described meaningfully in monetary terms; they are priceless”* (2004, p.8).

6. Conclusão: a metodologia e a defesa do pluralismo.

Voltemos então à questão de múltipla escolha com a que abrimos o artigo. Acreditamos que a conclusão da análise acima é que talvez seja necessário incluir e considerar uma alternativa adicional em nosso teste. Essa alternativa F) seria a conclusão deste artigo: o principal papel da metodologia hoje é o de promover a defesa do pluralismo. Por pluralismo, conforme Samuels (1997), nos referimos ao pluralismo epistemológico, que afirma que não existem metacritérios para escolher entre metodologias alternativas, e portanto afirma a existência e legitimidade de múltiplas posições metodológicas.

¹⁵ Nas insuspeitas palavras do falecido professor Rudiger Dornbusch, “The IMF is a toy of the United States to pursue its economic policy offshore” (citado em Pollin, 2005, p.7).

Em realidade, a superioridade do pluralismo como atitude metodológica não é uma particularidade da economia. Em princípio, poderíamos pensar que a única atitude compatível com a defesa de uma sociedade democrática é a de permitir que se manifestem diferentes vozes, o que valeria para a ciência como conjunto e para cada uma de suas disciplinas em particular. Por isso, se não temos respostas cem por cento garantidas, o importante é deixar que todo mundo fale. O risco de termos uma única perspectiva orientando os trabalhos de uma ciência é que seus partidários podem estar certos muitíssimas vezes, mas quando eles começarem a errar não haverá ninguém que lhes possa dizer que isso está acontecendo; mas, se estes dissidentes não tiverem sido silenciados ou sido expulsos da comunidade, teriam condições de apontar os problemas e até oferecer caminhos alternativos.

No caso específico da economia, já falamos da existência de diversas escolas e na onipresença da ideologia, o que realça a importância da possibilidade da crítica. Outros problemas relevantes da economia, partilhados com outras ciências sociais, estão no seu próprio objeto de estudo, tal como a dificuldade para realizar experimentos¹⁶, seu caráter histórico, a possibilidade de aprendizado sujeita aos limites cognitivos dos agentes, etc. Por isto tudo, o pluralismo em nossa ciência passa a ser uma necessidade vital.

Um receio que as pessoas às vezes manifestam com o pluralismo decorre de pensar que ele é um convite à esquizofrenia, que leva a defender X e não-X ao mesmo tempo. Isso é claramente um erro de compreensão. Ser pluralista ao nível da comunidade não significa ser contraditório no plano individual; cada um de nós deve respeitar quem pensa X mesmo que acreditemos com todas nossas forças em não-X. Assim como em política cada um de nós pode ter sua posição política e ser democrático, o pluralista aceita que outras pessoas defendam teorias diferentes das que ele sustenta. Ocorre que enquanto na política estamos habituados a admitir que outros pensem de maneira diferente, e construímos nosso convívio social a partir desse acordo, na ciência ainda muitos pensam que pode se chegar na verdade indiscutível (lugar ao qual por sinal eles tipicamente acreditam que chegaram), e portanto concluem a partir disso que quem pensa diferente só pode ser malvado ou pouco inteligente. Certamente na formação de qualquer

¹⁶ Reconhecer estes limites não se contradiz com nosso entusiasmo e admiração pela economia experimental.

cientista, e especialmente nas ciências sociais, deveriam ser mais enfatizados nossos limites cognitivos e o caráter mutável da realidade, além de se aceitar a existência de diversas escolas e ideologias, e por isso o caráter de qualquer educação, na graduação e na pós, bem como a construção de qualquer escola, instituto ou departamento, deveria abrir um espaço para visões diferentes.

Todavia, temos que estar atentos ao risco de que o pluralismo seja para alguns apenas uma manobra tática, uma atitude do tipo “sou pluralista enquanto sou minoria, mas caso minha escola venha se transformar em maioria, mando o pluralismo às favas”, como adverte, com palavras mais elegantes, Sent (2006). Reconhecemos que este problema, o qual chamamos de pluralismo estratégico, pode existir, mas aqui estamos pensando no que devemos fazer aqueles que somos sinceramente pluralistas.

Lembraremos aqui um caso de pluralismo estratégico que ocorreu recentemente no Brasil. Um concurso promovido pelo IPEA em 2008 (concluído em 2009), que passou a exigir entre outras coisas o estudo da obra de Celso Furtado enquanto que não exigia conhecimentos avançados de econometria, foi criticado por ser viesado para a seleção de economistas heterodoxos. Inúmeras críticas, em conversas informais, em blogs, etc., foram levantadas contra esse critério de seleção. Mais formalmente, o jornal “*O Estado de S.Paulo*” publicou em 25/05/09 um editorial criticando o concurso por considerá-lo parte de um processo de “padronização ideológica”, que se evidenciaria através da comparação da origem dos economistas aprovados com o resultado do concurso anterior (de 2004). Com efeito, segundo esse jornal, em 2004 dez dos economistas aprovados eram originários da FGV-RJ e da PUC-RJ, e só um da Unicamp, enquanto que em 2009 os resultados, curiosamente, eram exatamente os contrários. Sem entrar no mérito do programa de nenhum dos concursos, chama a atenção que nenhum dos críticos do processo atual tenha se manifestado em 2004 para defender a inclusão da obra de Celso Furtado nos pontos do concurso, nem para sugerir que o nível de conhecimentos econométricos pretendido alijava muitos economistas cuja formação não enfatizava tanto essa área, nem para destacar e criticar a ausência de economistas oriundos de escolas heterodoxas entre os selecionados.

Neste artigo defendeu-se a idéia de que a economia deve ser pluralista e descritiva¹⁷. Isso coincide com a proposta de John Davis, que entende que a metodologia deve ser um “pluralismo descritivo sistemático” (Davis, 2007, p.284). Segundo Davis, além das vantagens do pluralismo já apontadas em nosso texto, esta atitude torna-se mais necessária em um período como o nosso, no qual a economia está (lentamente) importando temas e métodos de outras ciências, o que se evidencia no surgimento de campos como a teoria dos jogos evolucionários, a economia experimental, a economia comportamental, a neuroeconomia, a economia computacional “*agent-based*”, etc., que se somam às áreas já tradicionais de interface com a estatística, a história, a sociologia, a matemática, etc. Este trabalho interdisciplinar certamente será melhor aproveitado pelos economistas que consigam superar os antolhos metodológicos que muitas vezes a visão ortodoxa impõe.

Nesta perspectiva que defendemos, as escolas (ou programas de pesquisa) são vistas como diferentes espécies que concorrem entre si, mas cada uma das quais tem um nicho ecológico diferente. E assim como não há uma espécie que seja a melhor para todos os ecossistemas, as diversas escolas podem fornecer boas respostas e insights para problemas muito diferentes. O metodólogo, descrevendo e comparando abordagens, bem como sugerindo limites, pode então ajudar os pesquisadores a posicionarem a si próprios e suas obras dentro do panorama mais geral da ciência. Mais ainda, seria muito proveitoso que esta perspectiva orientasse a construção dos cursos que montamos e dos departamentos que construímos com muita maior frequência do que o faz hoje. A difusão de uma metodologia deste tipo certamente levará ao surgimento de uma ciência econômica melhor e mais útil do que a que existe hoje. Com efeito, como diz o epígrafe deste artigo, sabemos que esta proposta pode parecer romântica, mas acreditamos que a alternativa de permanecer onde estamos hoje é simplesmente desesperadora.

Referências bibliográficas

ACKERMAN, Frank & Liza HEINZERLING (2004). *Priceless: on knowing the price of everything and the value of nothing*. New York & London: New Press.

¹⁷ Ou seja, se no teste inicial a alternativa F) é a mais importante, a E) não deixa de ser correta!

- ANDERSON, Richard; William GREENE; B.D. McCULLOUGH & H.D. VINOD (2008). "The role of data/code archives in the future of economic research". *Journal of Economic Methodology*, 15 (1): 99-119.
- BIDERMAN, Ciro & Luis Felipe COZAC & José Márcio REGO (1996). *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Ed. 34.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2007). *Macroeconomia da estagnação: crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994*. São Paulo: Ed. 34.
- BUNGE, Mario (1982). *Economía y filosofía*. Madrid: Tecnos.
- CARMICHAEL, Fiona & Dennis THOMAS (2005). "Home-Field Effect and Team Performance: Evidence From English Premiership Football". *Journal of Sports Economics*, 6: 264-281.
- CHANG, Ha-Joon (2009). *Maus Samaritanos: o mito do livre-comércio e a história secreta do capitalismo*. RJ: Campus- Elsevier.
- COLANDER, David (2000). "The Death of Neoclassical Economics". *Journal of the History of Economic Thought*, 22(2): 127-143.
- , Richard HOLT & j. Barkley ROSSER Jr. (2004). "The Changing Face of Mainstream Economics." *Review of Political Economy*, 2004, 16 (4), 485–499.
- . "Live and dead issues in the Methodology of Economics". *Journal of Post-Keynesian Economics*, 30 (2): 303-12.
- DAVIS, John B. (2007). "The turn in economics and the turn in economic methodology". *Journal of Economic Methodology*, 14 (3): 275-290..
- DEQUECH, David (2007-8). "Neoclassical, Mainstream, Orthodox and Heterodox Economics". *Journal of Post-Keynesian Economics*, 30 (2): 279-302.
- DOW, Gregory K. (1987). "The Function of Authority in Transaction Cost Economics". *Journal of Economic Behaviour and Organization*, 8: 13-38
- DOW, Sheila (1990). "Beyond dualism". *Cambridge Journal of Economics*, 14 (2): 143-57.
- (1997). "Mainstream economic methodology". *Cambridge Journal of Economics*, 21 (1): 73-93..
- EASTERLY, William (2006). *The White Man's Burden: why the West's Efforts to Aid the Rest Have Done so Much Ill and so Little Good*. New York: Penguin.
- FINE, Ben & Dimitris MILONAKIS (2009). *From Economics Imperialism to Freakonomics: the shifting boundaries between economics and other social sciences*. London & New York: Routledge.
- HAHN, Frank (2005). "An Interview with Frank Hahn on the occasion of his 80th birthday". (Entrevista conduzida por Marcello Basili e Carlo Zappia) *Storia del Pensiero Economico N. S.*, 2005, 2.
- HANDS, D. Wade (2001). *Reflection without Rules: Economic Methodology and Contemporary Science Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.

- LAZONICK, William & Mary O'SULLIVAN (2000). "Maximizing shareholder value: a new ideology for corporate governance". *Economy and Society*, 29 (1): 13-35.
- LEIJONHUFVUD, Axel (1973). "Life among the econ". *Western Economic Journal*, 11: 327-337.
- LIZZA, Ryan (2009). "Inside the Crisis: Larry Summers and the White House Economic team". *New Yorker*, oct. 12, 2009. (disponível em http://www.newyorker.com/reporting/2009/10/12/091012fa_fact_lizza)
- MAYER, Thomas (1993). *Truth versus Precision in Economics*. Aldershot: Edward Elgar.
- McCULLOUGH, B. & H. VINOD (2003). "Econometrics and Software". *Journal of Economic Perspectives*, 17 (1): 223-4.
- MIROWSKI, Philip & Steven SKLIVAS (1991). "Why Econometricians Don't Replicate (Although They Do Reproduce)". *Review of Political Economy*, 3 (2): 146-163.
- POLLIN, Robert (2005). *Contours of Descent: U.S. Economic Fractures and the Landscape of Global Austerity*. London & New York: Verso, 2ª ed.
- SAMUELS, Warren (1997). "The Case for Methodological Pluralism". In Andrea SALANTI & Ernesto SCREPANTI, eds., *Pluralism in Economics: New Perspectives in History and Methodology*. Aldershot: Edward Elgar, p. 67-79.
- SCHUMPETER, Joseph (1994) [1949]. "Science and Ideology". In Daniel HAUSMAN, ed, *The Philosophy of Economics: an Anthology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2ª Ed, p. 224-238.
- SEN, Amartya (1980). "Description as Choice". *Oxford Economic Papers*, New Series, 32 (3): 353-369
- SENT, Esther-Mirjam (2006). "Pluralisms in Economics". In Stephen KELLERT, Helen LONGINO & Kenneth WATERS (eds.), *Scientific Pluralism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, p.80-101.
- SHLEIFER, Andrew & Robert VISHNY (1997). "A Survey of Corporate Governance". *Journal of Finance*, 52 (2): 737-83.
- STIGLITZ, Joseph (2003). *Globalization and its discontents*. New York: W.W.Norton.
- SWANN, G.M. Peter (2006). *Putting econometrics in its place: a new direction in applied economics*. Cheltenham: Edward Elgar.
- WILLIAMSON, Oliver (1975). *Markets and hierarchies*. New York: Free Press.
- ZILIAK, Stephen & McCLOSKEY, Deirdre (2008). *The Cult of Statistical Significance: how the standard error costs us jobs, justice and lives*. Ann Arbor: Univ. of Michigan Press.